A reboque do inchaço das cidades

Geografia

Enviado por: _clsochascki@seed.pr.gov.br

Postado em:27/10/2014

Na raiz dos desastres naturais e ambientais - Parte 2 Tese de livre-docência analisa causas e consequências de catástrofes que atingem países da América do Sul Por Carlos Orsi A urbanização desregrada e as mudanças no uso da terra trazidas pelas pressões econômicas da globalização vêm fazendo com que a América do Sul registre um número crescente de desastres naturais nas últimas décadas, desastres que atingem cada vez mais pessoas, embora causem menos mortes do que no passado. Essa é a constatação da tese de livre-docência de Lucí Hidalgo Nunes, geógrafa e professora do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, “Urbanização, globalização e suas relações com os desastres naturais na América do Sul”. A tese avaliou os dados da ONU referentes aos desastres naturais ocorridos no subcontinente entre 1960 e 2009, classificados em três categorias: hidrometeorológicos e climáticos, geofísicos e biológicos. Em entrevista ao Jornal da Unicamp, a pesquisadora disse que, embora o número de eventos deflagradores de desastres – como chuvas intensas, por exemplo – também tenha crescido no período, o impacto desses eventos, em termos do número de pessoas afetadas e prejuízos causados, cresceu muito mais, e de forma desproporcional. De acordo com os dados levantados para a tese, mais da metade dos desastres naturais a atingir o subcontinente no período analisado ocorreu apenas nas duas últimas décadas contempladas pelo estudo, os anos 1990 e 2000. Já o maior número de mortos em desastres concentrou-se nos anos 70, com forte contribuição de um único evento, um terremoto no Peru, o maior desastre da América do Sul do período investigado. Por sua vez, o número de afetados cresce a partir da década de 80. “Não é porque está chovendo mais”, disse a pesquisadora. “Pode até haver mais precipitação, mas não de forma que justifique o número de desastres, que é muito maior. A chuva, no caso das inundações, não é o contribuinte mais importante. Não na proporção do número de eventos, que sempre é maior do que qualquer eventual alteração do clima que possa ter acontecido, o que mostra que os eventos deflagradores são apenas isso, deflagradores”. Lucí, que é climatologista, incluiu um capítulo em sua tese sobre mudança climática, mas pondera que ainda que esse fenômeno possa ampliar ainda mais a chance de desastres hidrometeorológicos e climáticos, esse fato não é o principal responsável pelo aumento no número de desastres dessa natureza. “Se as mudanças climáticas se configurarem da forma como a comunidade científica prevê, um problema que já é bastante grave vai agravar-se, mas ele não foi, absolutamente, o elemento mais importante no aumento de casos constatado no período em estudo”, afirmou ela. A docente acrescentou, ainda, que a coleta das ocorrências vem melhorando, o que contribui parcialmente com a tendência de aumento de registros, incluindo do número de vítimas e de prejuízos, mas reafirma que a transformação das áreas e a ocupação desenfreada de setores de risco são os elementos-chave para o quadro de desestruturação encontrado. Mudança climática “O que a gente vê é que sem dúvida alguma está havendo um aumento dos desastres naturais – e muitos deles são induzidos por fenômenos atmosféricos, como chuvas, por exemplo. E uma das coisas que a comunidade científica coloca em relação às mudanças climáticas é que vai haver mais extremos: ou seja, mais episódios de chuva concentrados, ou mais secas”. A pesquisadora acrescenta que, se isso se configurar, haverá mais desastres naturais. Mas faz a

ressalva: “É fato que, mesmo que a gente não considere as mudanças climáticas, de qualquer maneira os eventos deflagrados por condicionantes atmosféricos têm aumentado. Por mais que possa estar chovendo um pouco mais, nada justifica o enorme número de eventos, nas décadas mais recentes, em relação às décadas primeiras que analisei”. A tese segue a definição da ONU para desastre natural. “Para as Nações Unidas, desastre natural é aquele evento que ou promove dez mortes, e/ou pelo menos 100 afetados, ou que causa perdas e impactos que superam a capacidade de reação da comunidade afetada, requerendo ajuda externa”. A pesquisadora reconhece que existem outras definições viáveis. “Há controvérsias. Há leituras diferentes do que seria um desastre natural”, disse ela. A adoção do critério das Nações Unidas e, por tabela, das bases de dados da ONU sobre desastres, permitiu uma comparação mais sólida entre intervalos de tempo e países. Globalização “O meu mote foi como urbanização e globalização têm sido indutores dos desastres naturais”, explicou Lucí. No caso da globalização isso acontece, de acordo com a pesquisadora, porque os países da América do Sul – ela destaca especificamente Brasil, Chile e Argentina – buscam uma inserção da encomia globalizada que desconsidera a dinâmica do meio ambiente. “Nós temos uma capacidade muito rápida de responder às demandas externas da globalização. Por exemplo, quando há uma crise internacional no abastecimento de algum produto agrícola de que o Brasil também é produtor, conseguimos supri-la de uma maneira muito efetiva e rápida”. Mas essas demandas também alteram os espaços produtivos de modo expressivo. “A nossa inserção na globalização é para responder a demandas externas, mas elas muitas vezes se fazem de uma maneira muito destrutiva para o nosso ambiente, às vezes até inviabilizando aquele ambiente, passado algum tempo”, complementa. “Essa é a nossa inserção, e aí eu junto os nossos países vizinhos, nessa economia globalizada. É uma inserção que se faz às custas de uma enorme transformação do meio físico. Muitas vezes, uma transformação melhor entendida como destruição”. Urbanização Já o processo de urbanização, que se vem acelerando em todo o mundo e também na América do Sul, “é uma transferência muito grande de população para as áreas urbanas”, disse a pesquisadora. “Num primeiro momento, a ocupação se faz em determinadas áreas do município e depois vai se expandindo, não raro, para as áreas sujeitas a deslizamentos, a inundações. A ocupação urbana mais recente, dos últimos 20, 25 anos, tem se dado, em maior ou menor grau em todas as cidades da América do Sul, em áreas que são passíveis de serem afetadas por algum problema, principalmente os de ordem hidrometeorológica, como enchentes ou deslizamentos de terra”. Lucí volta a ressaltar que as chuvas, mesmo intensificadas, não têm sido o fator mais importante nesse tipo de desastre. “Pode até estar havendo chuvas mais concentradas, mais intensas, isso é um elemento importante para gerar inundações, escorregamento de encosta, isso é fato. Só que não na proporção do número de eventos, que sempre é maior do que qualquer alteração das chuvas”. O aumento no número de desastres naturais e de vítimas afetadas surge da ocupação desordenada dos espaços urbanos, e da grande suscetibilidade que isso gera. “Uma boa parte dessa ocupação se dá em áreas costeiras, isso é uma realidade mundial. Se dá em áreas que já têm um certo grau de suscetibilidade, é uma ocupação muito dramática, muito agressiva”, afirma a pesquisadora. “Áreas tropicais úmidas costeiras são vulneráveis por definição. São locais onde processos como movimentos de massa acontecem mesmo sem gente. Meus colegas geomorfólogos, geólogos, conseguem reconstituir deslizamentos que ocorreram a 200, 250 anos atrás; isso faz parte da evolução física desses locais”. Vidas humanas As transformações que o ser humano opera no ambiente não vêm sempre no sentido de aumentar a vulnerabilidade das populações aos desastres naturais – também há medidas preventivas e mitigadoras que podem ser tomadas – “mas são dois processos que andam em velocidades diferentes”, disse Lucí. “A velocidade da transformação, em Campinas, Quito, Valparaíso ou Buenos Aires é tal que em três, quatro, cinco anos os bairros já têm muito mais pessoas. Assim, a transformação, a urbanização, é muito grande e, nos anos mais recentes, ocorre cada vez mais em áreas de risco. Ela se faz numa velocidade que dificulta a restabilização dos locais, que às vezes é possível, mas nem sempre”. O

mundo inteiro, afirma a pesquisadora, investe menos que o necessário para tratar dos desastres naturais. Mesmo no Japão, país considerado modelo nessa área, as medidas preventivas são insuficientes, de acordo com ela. No caso do terremoto, seguido de tsunami, que atingiu a usina nuclear de Fukushima, em 2011, morreram cerca de 15 mil pessoas, fato que a pesquisadora aponta como preocupante. Porém, na ocasião essa cifra foi tida como positiva por ter sido comparada à situação do Haiti, onde um terremoto de intensidade menor matou mais de 200 mil pessoas. Mas ela considera que mesmo o número verificado no Japão é inaceitável, ainda mais para um país desenvolvido. Lucí lembra que o Brasil só criou seu Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) em 2011, após a tragédia dos deslizamentos de terra que atingiram as cidades serranas do Estado do Rio de Janeiro, no que foi considerado o maior desastre natural do Brasil em número de mortos, com cerca de mil vidas perdidas. Nisso, diz ela, o Brasil não é muito diferente do resto do mundo, destacando que somente após o advento de uma grande calamidade, em especial quando se atingem pessoas de renda mais alta, é que medidas mais efetivas são iniciadas. O número de mortos vem caindo, mesmo com o crescimento no total de desastres, “por causa de algumas ações”, disse a pesquisadora, “que têm alguma efetividade”, principalmente na resposta imediata à situação de emergência. Mas o crescimento no total de afetados mostra que essas ações não bastam. “O desastre natural é um processo”, ela faz questão de frisar. “Aquele momento em que a coisa detona é o ápice de um processo que já vem de algum tempo. As pessoas já moravam lá, as casas já eram frágeis, de repente acontece um terremoto ou uma chuva muito intensa e acontece a calamidade. Mas ela é decorrência de fatos anteriores. Acho que o pior de tudo é a falta de medidas preventivas”. Esta notícia foi publicada no site www.unicamp.br em 08 de agosto de 2014. Todas as informações contidas são de responsabilidade do autor.